

“Cortina de Fumaça”: Negacionismo ambiental e imaginário colonial no *YouTube*

“*Smoke Screen*”: *Environmental Denialism and Colonial Imaginary on YouTube*

“*Cortina de Humo*”: *Negacionismo ambiental e imaginario colonial en YouTube*

Caio Dayrell SANTOS¹
Andressa MICHELOTTI²
Ricardo MENDONÇA³

Resumo

Considerando o papel do *YouTube* na difusão de negacionismos científicos e da radicalização de públicos, este ensaio analisa o filme *Cortina de Fumaça*, de Lucas Ferrugem. Produzido pelo Brasil Paralelo, a peça audiovisual foi divulgada prometendo “provar” a falsidade da causa ambiental. Mais do que desinformar, ela organiza crenças, ideias e discursos da agenda antiambientalista no Brasil, oferecendo munção ideológica para o desmantelamento da proteção ambiental e o avanço do extrativismo predatório. Embora se apresente como uma defesa “dos índios” [sic] e da soberania brasileira, *Cortina de Fumaça* se embasa em uma racionalidade inerentemente colonial, que reduz o meio ambiente a recursos a serem conquistados e povos indígenas a sujeitos que precisam “se desenvolver” e “progredir” como “nós”.

Palavras-chave: Brasil Paralelo; Negacionismo; YouTube; Ambientalismo; Colonialismo

Abstract

Taking in consideration the role of YouTube in the dissemination of scientific denialism and the radicalization of audiences, this essay analyzes the movie *Smoke*

¹ Doutorando, Departamento de Comunicação Social, UFMG. E-mail: caiosantoscomunica@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3981-7272>.

² Doutoranda, Departamento de Ciência Política, UFMG. E-mail: michelotti.andressa@gmail.com ORCID: [0009-0000-6417-397X](https://orcid.org/0009-0000-6417-397X).

³ Doutor em Comunicação, Professor do Departamento de Ciência Política, UFMG, Bolsista CNPq, E-mail: ricardofabrino@hotmail.com. ORCID: [0000-0002-7754-3359](https://orcid.org/0000-0002-7754-3359).



Screen, Lucas Ferrugem. Produced by “Brasil Paralelo”, the audiovisual work was intended to “prove” the falsehood of the environmental cause. More than misinforming, it organizes beliefs, ideas and discourses of the anti-environmentalist agenda in Brazil, offering an ideological ammunition for the dismantling of environmental protection and the advance of extractivism. Although the movie presents itself as a defense of “the Indians” [sic] and the national sovereignty, *Smoke Screen* bases itself on an inherently colonial rationality, which reduces the environment to resources to be claimed and indigenous peoples to subjects who need “to evolve” and “to progress” as “us”.

Keywords: Brasil Paralelo; Denialism; YouTube; Environmentalism; Colonialism.

Resumen

Teniendo en cuenta el papel de YouTube en la difusión del negacionismo científico y la radicalización de las audiencias, este ensayo analiza la película *Pantalla de Humo*, Lucas Ferrugem. Producida por “Brasil Paralelo”, la obra audiovisual fue anunciada prometiendo “probar” la falsedad de la causa ambiental. Más que desinformar, organiza creencias, ideas y discursos de la agenda antiambientalista en Brasil, ofreciendo munición ideológica para el desmantelamiento de la protección ambiental y el avance del extractivismo. Aunque se presenta como una defensa de “los indios” [sic] y de la soberanía nacional, *Cortina de Humo* se basa en una racionalidad inherentemente colonial, que reduce el medio ambiente a recursos por conquistar y a los pueblos indígenas a sujetos que necesitan “desarrollarse” y “progresar” como “nosotros”.

Palabras clave: Brasil Paralelo; Negacionismo; YouTube; Ambientalismo; Colonialismo

Introdução

Trabalhos recentes têm explorado como a ascensão da extrema direita em todo o mundo ameaça a governança climática e ambiental (Gomes, Bohm, 2023; Darian-Smith, 2022; Huber, 2020; Lockwood, 2018). Crítico a explicações estruturais do avanço de movimentos populistas, Lockwood (2018) desconfia do argumento de que o discurso da direita apela a sentimentos de abandono e desamparo entre sujeitos precarizados devido a globalização. Optando por favorecer uma análise ideológica da frequente associação entre extrema direita e ceticismo climático, ele defende nuançar a caracterização padrão do populismo pela oposição entre “povo” e “elite”. No caso do populismo de direita, o que é abominado segundo Lockwood, não são desigualdades e injustiças resultantes do capitalismo e falhas da democracia liberal, mas sim o cosmopolitismo e multiculturalismo associado a uma elite tida como moralmente corrupta e privilegiada pelo “sistema”. Neste sentido, a causa ambiental é vista como



parte da agenda desta suposta elite cosmopolita que ameaçaria valores conservadores e nacionalistas tão caros a esses mesmos grupos. Ativistas, cientistas e “minorias nefastas” prejudicariam os interesses e a suposta homogeneidade do “povo” (Lockwood, 2018).

Focando-se menos na ideologia e mais em ações concretas de diferentes governos, Eve Darian-Smith (2022a, 2022b) elaborou um estudo comparativo entre os governos de Donald Trump dos Estados Unidos, Jair Bolsonaro do Brasil e Scott Morrison da Austrália. Ela sugere que o desmantelamento ou/e rejeição da política ambiental extrapola pura retórica populista: o antiambientalismo serve ao retrocesso democrático. Do ponto de vista das relações internacionais, o ceticismo em relação às mudanças climáticas justifica a renúncia ao multilateralismo, levando o Estado a ignorar obrigações de tratados multinacionais e recomendações de organizações independentes como agências da Organização das Nações Unidas. Nas palavras da autora: “Dado que a ação climática necessita de cooperação internacional através de tratados como o Acordo de Paris, líderes evitam falar de alterações climáticas como um problema porque rejeitam a solução multinacional necessária para enfrentá-la” (2022b, p. 9, tradução nossa).

Já em um nível doméstico, a desregulamentação da proteção ambiental é uma forma simples e fácil de favorecer empresários locais ao mesmo tempo em que cria o pretexto para diminuir a autonomia do judiciário e de órgãos governamentais. Além disso, o antiambientalismo também coincide com novas leis que facilitam o uso da repressão policial e a criminalização de protestos, o que pode vir a ser usado contra cidadãos que reivindicam justiça ambiental⁴. O antiambientalismo, portanto, permite que líderes autoritários desdenhem de pressões internas e externas por *accountability*. Ao promover maior concentração do poder executivo e defender uma postura isolacionista, o negacionismo ambiental e climático, segundo Darian-Smith (2022a, 2022b), atua em prol da autocratização do Estado, implicando sérios riscos para a democracia.

⁴ Darian-Smith usa como exemplo o Partido Republicano dos EUA, que introduziu diversos projetos de lei “antitumulto” numa reação contra o movimento *Black Lives Matter*. Algumas das leis tornam ilegal protestar perto de “infraestruturas críticas”, como gasodutos e oleodutos enquanto outras concedem proteção legal a motoristas que atropelam manifestantes com seus carros. Em conjunto, almejam “restringir a capacidade dos americanos comuns de votarem em representantes políticos que, entre outras coisas, procuram limitar o poder da indústria dos combustíveis fósseis, reduzir o aquecimento planetário e lutar pela justiça ambiental” (2022b, p. 289 - trad. nossa).



Estes trabalhos ainda tendem a focar no Norte Global, ignorando especificidades culturais e regionais, um fenômeno também presente em pesquisas sobre negacionismo climático (Santini; Barros, 2022). Neste cenário, este artigo investiga o papel do discurso antiambientalista e anti-indigenista na radicalização da extrema direita no Brasil, dedicando-se à análise de uma peça audiovisual intitulada *Cortina de Fumaça*, de Lucas Ferrugem (2021). Expressão contundente do que foi nomeado de “infodemia socioambiental” (Santini *et. al.*, 2023), o filme foi produzido pela empresa Brasil Paralelo e divulgado prometendo “provar” a falsidade da agenda ambientalista no Brasil.

Lançado pela produtora em junho de 2021, exatamente quando taxas de desmatamento na Amazônia batiam recordes pelo terceiro ano consecutivo (Lazzeri, 2022) e imagens de plantas e animais incinerados no Pantanal provocavam comoção no Brasil e no mundo, o documentário procura, primeiramente, desqualificar cientistas, jornalistas, ativistas, indígenas, entre outros grupos que defendem a agenda ambiental e o combate ao desmatamento. Trazem profissionais, apresentados como das “margens” do conhecimento, e que não seriam escutados pelo mundo *mainstream*, para expor uma suposta “verdade não dita”. Mais do que simplesmente desinformar, *Cortina de Fumaça* organiza as crenças, ideias e discursos da agenda antiambientalista no Brasil, oferecendo munição ideológica para o desmantelamento da proteção ambiental e o avanço do extrativismo criminoso sob o governo Bolsonaro.

Antes de discutir o filme em si, apresentamos aqui o papel do canal Brasil Paralelo enquanto frente de recrutamento da extrema-direita no Brasil, sua rápida ascensão enquanto empresa e o papel das plataformas digitais nessa trajetória. Em seguida, avançamos para uma revisão de literatura sobre o suposto efeito de radicalização promovido pela própria arquitetura do *YouTube*; o que é, por sua vez, oportunamente explorado pelo Brasil Paralelo.

Na sequência, fazemos uma análise do filme, considerando tanto a narrativa tecida no interior do próprio documentário quanto considerações relativas ao seu extracampo, abarcando o material usado em sua divulgação, como o *trailer* e o pôster, as referências usadas e o histórico dos discursos explorados. Na nossa leitura a própria premissa da obra parte de uma mentalidade conspiratória que busca sempre referendar a si mesma, condicionando sua escuta a apenas falas e informações que lhes sejam convenientes enquanto desconsidera ou ignora quaisquer contradições, incertezas ou ambiguidades que emerjam no processo de filmagem. Nesse sentido,



Cortina de Fumaça, assim como outras peças do Brasil Paralelo, aproxima-se mais de uma peça de propaganda do que de um documentário que busque investigar a realidade. Como o compromisso com a qualidade da informação é, no melhor dos casos, questionável, nosso esforço aqui não é verificar quais ou se as afirmações de *Cortina de Fumaça* são verídicas nem como os autores e entrevistados racionalizam ou justificam suas posições e crenças. O que buscamos é desenredar as estratégias de convencimento utilizadas, para, assim, entender como a obra está inserida em uma rede de discursos, projetos e interesses para além da negação pura e simples do ambientalismo. Neste processo, é necessário apurar casos e declarações apresentados pelo documentário, porém resgatando nuances e especificidades intencionalmente deixados de lado durante a filmagem ou montagem da obra.

Concluimos que a tese negacionista só se sustenta baseando em um resgate de uma postura e de um imaginário colonial em relação à figura do indígena. A causa ambiental no Brasil, para *Cortina de Fumaça*, é baseada na valorização e defesa dos modos de vida e da cultura dos muitos povos indígenas. Por isso, a rejeição do ambientalismo parte de um resgate de uma lógica inerentemente colonial, baseada nos ideais do “progresso” e de “modernidade”, que correspondem ao capitalismo extrativista e entendidos como um fim único e último para toda a humanidade.

Do YouTube ao Brasil Paralelo

“Acreditamos que todos merecem ter voz e que o mundo é um lugar melhor quando ouvimos, compartilhamos e construímos uma comunidade por meio de nossas histórias.” (YouTube, s.d., tradução livre)

O Brasil se tornou o terceiro mercado para a plataforma de vídeos YouTube (Ceci, 2023). No início de 2023, o YouTube Brasil registrou 142 milhões de usuários na plataforma com anúncios atingindo 78,1% dos usuários de internet (Kemp, 2023). Plataformas como YouTube emergem com o objetivo de disseminar opiniões e permitir que diversas vozes possam ser compartilhadas. No entanto, com sua ascensão, emergem preocupações que não estão apenas embutidas na arquitetura dessas plataformas, mas sim com as realidades sociais e políticas nas quais estão inseridas. De acordo com o Relatório de Transparência do YouTube (Google, s.d.), entre janeiro e março de 2023, o Brasil foi o quarto país em termos de remoção de conteúdo por violar as diretrizes da plataforma. Em termos de pedidos de remoção por solicitação



do governo, só em 2022, o YouTube removeu 1.754 pedidos, representando um volume de 221% a mais do que no ano anterior⁵.

Plataformas são cruciais para a ascensão de canais como o Brasil Paralelo. Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A nasceu em 2016 em um contexto de crise política tendo como autoproclamada missão, “resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros” (Brasil Paralelo, 2022). Hoje, a plataforma digital quer ser considerada a “Netflix da direita” (Zanini, 2021) ou a “Disney Brasileira” (Amorim, 2023).

Suas atividades foram possíveis através da disponibilização de produções de documentários na internet que são parte de um programa de assinaturas, assim como a disponibilização de vários conteúdos em plataformas de mídias sociais. Em 2022 foram reportados mais de 340 mil membros assinantes de seus produtos (Brasil Paralelo, 2022). O efeito Brasil Paralelo está diretamente relacionado ao modelo de produção de conteúdo em redes. De acordo com seu site, a empresa possui mais de 6 milhões de seguidores em redes sociais. Com 3.44 milhões de inscritos, o YouTube⁶ se tornou o principal canal de divulgação do Brasil Paralelo, e o filme *Cortina de Fumaça* foi visto 2.4 milhões de vezes⁷. Em 2023 foram identificados 1.1 milhão de seguidores no *Facebook*,⁸ enquanto no Instagram são 2.7 milhões⁹. Plataformas como X¹⁰ (previamente chamada de Twitter) e TikTok¹¹ demonstram uma parcela menor de seguidores com 811.5 mil e 47.8 mil respectivamente.

Embora a produtora se autodeclare independente, apartidária e livre de ideologia (Brasil Paralelo, s.d.), acadêmicos (Salgado; Ferreira Jorge, 2021; Silva; Colacios, 2023; Monteiro, 2022; Zanini, 2021) e até a empresa Meta não a considera como tal. A Meta classifica o Brasil Paralelo como um cliente que anuncia sobre

⁵ É relevante considerar que 2022 foi um ano de eleições presidenciais no Brasil e muitas das solicitações podem ter sido relacionadas ao período eleitoral. Um detalhamento de alguns destes pedidos pode ser visto no Relatório de Transparências do Google disponível em <https://transparencyreport.google.com/government-removals/government-requests?hl=en>

⁶ BRASIL PARALELO. **YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@brasilparalelo>. Acesso em: 23 ago. 2023.

⁷ BRASIL PARALELO. **YouTube**. Documentário “Cortina de Fumaça”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hPTIsV2lmBw&ab_channel=BrasilParalelo. Acesso em: 25 ago. 2023.

⁸ BRASIL PARALELO. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/brasilparalelo>. Acesso em: 23 ago. 2023.

⁹ BRASIL PARALELO. **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/brasilparalelo>. Acesso em: 23 ago. 2023.

¹⁰ BRASIL PARALELO **X**. Disponível em: <https://twitter.com/brasilparalelo>. Acesso em: 23 ago. 2023.

¹¹ BRASIL PARALELO. **TikTok**. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@brasilparalelooficial>. Acesso em: 23 ago. 2023.



questões sociais, eleições ou política (Meta, s.d.). Através do Relatório da biblioteca de meta anúncios, é possível verificar os totais de gastos gerais de anunciantes específicos e, desta forma, identifica-se o Brasil Paralelo como um dos principais anunciantes nesta categoria. Entre 4 de agosto de 2020 e 20 de agosto de 2023, foi reportado que a página no Brasil Paralelo teve um total gasto de mais de R\$20 milhões em mais de 56 mil anúncios (Meta, s.d.). Em 2022 a produtora cresceu em tamanho e faturamento, passando assim de uma receita de R\$67 milhões para 150 milhões (Amorim, 2023). No Brasil, sua relevância equipara-se com o poder das *Big Techs*. Em 2023, a empresa – juntamente com companhias como Google e Meta – foi convocada pelo Supremo Tribunal Federal para esclarecimentos sobre a possível atuação contra o PL 2630/2020 *Fake news* (Lima, 2023).

Desde 2016, Brasil Paralelo tem tido um papel fundamental na coletividade de diversas vozes de extrema direita. De acordo com Zanini (2021), as produções do Brasil Paralelo são lançadas a cada dois meses com documentários de 1h30 a 2h de duração. Temas de grande sucesso para a plataforma são provocativos e polêmicos (Monteiro, 2022). Salgado e Ferreira Jorge (2021) argumentam que a plataforma atua para inflamar a guerra cultural no Brasil, sendo responsável por explorar diversos temas sociais e políticos através de revisionismo histórico e da defesa de valores neoliberais e conservadores. Utilizando de um modelo de revisionismo nefasto, em que a negação do passado ocorre através de uma interpretação de eventos sem que haja responsabilidade científica (Silva; Colacios, 2023), o Brasil Paralelo segue uma certa agenda. Ao ver de Picoli, Chitolina e Guimarães, (2020, p. 16-17) as ideias da plataforma:

revisam o passado de forma a corroborar com suas premissas, não se atendo ao rigor metodológico [...], [porém] há um grande apreço por parecer metodologicamente rigoroso. Isso fica claro na busca constante por amparar suas afirmações em “pesquisa”, em documentos, também produzidas e/ou encontrados por pessoas alijadas da academia, ou seja, por indivíduos que, supostamente, foram marginalizados porque descobriram a verdade sobre a contaminação ideológica do cenário.

Portanto, o Brasil Paralelo e as várias plataformas, incluindo o YouTube, disponibilizam seu conteúdo e se tornam canais para alianças de extrema-direita, nas quais o discurso antiacadêmico e anti-intelectual aparecem em escala industrial (Paulo, 2020). Estas alianças eventualmente criam um senso de comunidade em que pessoas com visões comuns se encontram através não só das plataformas tradicionais



como também em programas de assinaturas que são disponibilizadas pela plataforma principal do Brasil Paralelo.

YouTube: Arquitetura e Consequências

Muitos pesquisadores e pesquisadoras se preocupam como a arquitetura do YouTube possa fomentar processos de radicalização política. Neste meio de investigações, levanta-se a hipótese de que seu sistema de recomendações possa levar as pessoas a se fechar em enclaves conspiratórios, fazendo com que quanto mais sejam expostas a certos assuntos, mais vidradas ficariam neles (Tufekci, 2018; Nyhan, 2021; Fisher, 2022). Assim, a bolha de radicalização pode ser traçada através da imagem do “buraco do coelho”. Ou seja, ao seguir o “buraco do coelho” os usuários são levados a acessar mais conteúdos similares e igualmente problemáticos (Tufekci, 2018; Kaiser; Rauchfleisch, 2019). Plataformas como YouTube eventualmente se tornam cruciais na estratégia om-line de grupos de extrema direita, principalmente pela formação de “bolhas” na qual os usuários que acessam um vídeo de extrema direita no YouTube têm grande probabilidade de receber mais recomendações de conteúdo similar (Kaiser; Rauchfleisch, 2019). Isso ocorre principalmente com vídeos mais controversos que supostamente possuem maior engajamento (Ribeiro *et al*, 2020). Coincidentemente, os vídeos de maior sucesso do Brasil Paralelo baseiam-se em torno de temas provocativos e polêmicos (Monteiro, 2022).

Quando se trata de radicalização no YouTube, pesquisadores ainda não chegaram a um consenso. Pesquisas identificaram que conteúdos mais extremistas podem ter maior número de visualizações e que usuários migram de um canal do YouTube para outro para acessar tais informações (Ribeiro *et al*, 2020). Alguns estudos foram capazes de identificar uma relação entre sentimento de ódio *on-line* e violência *off-line* (Müller; Schwarz, 2021), o que pode ocorrer também com recomendações algorítmicas de curtidas (*likes*) e como estas podem alimentar processos de polarização afetiva em certas comunidades (Santos, Lelkes, Levin, 2021). No entanto, há quem também tenha rejeitado a hipótese de que as recomendações do YouTube possam radicalizar indivíduos (Ledwich; Zaitsev, 2019; Hosseinmardi *et al*, 2021). Littler (2019), por exemplo, argumenta que a mudança de comportamento é complexa e que a relação entre exposição a conteúdo e ação não é linear. As correlações entre redes sociais e polarização afetiva são controversas (Bryson, 2022). Mesmo assim, uma revisão extensiva de literatura sobre radicalização no YouTube concluiu



que embora haja discrepância nos resultados das pesquisas, o sistema de recomendação do YouTube pode induzir o consumo de conteúdos problemáticos (Yesilada; Lewandosky, 2022).

É importante ressaltar, ainda, o poder de comunidade criado por certas plataformas. Eventualmente, “*pássaros da mesma pena voam juntos nas redes sociais*” (Aral 2020, p. 178 - tradução nossa): as relações sociais em rede são, frequentemente, homófilas e indivíduos tendem a se relacionar com seus semelhantes, criando assim um efeito de câmara de eco (Aral, 2020) em que usuários com ideias semelhantes reforçam uma narrativa compartilhada (Cinelli *et al.*, 2021). Quando se trata da ideologia de extrema direita, em que etnonacionalismo e o senso de tribalismo criam enclaves (Lim, 2017), as plataformas digitais se tornam cruciais para alimentar novos espaços de pseudoconhecimento (Marwick; Lewis, 2017). Nesses espaços, teorias da conspiração e falsas narrativas se tornam sedutoras para comunidades cujas ideologias são ameaçadas e que buscam reconhecimento e um espaço de fala.

Cortina de Fumaça: a causa ambiental e os direitos indígenas como conspiração

O cartaz de *Cortina de Fumaça* (Figura 1) ilustra bem seu principal argumento. A arte gráfica mostra uma vegetação verde e densa rodeada de muitas mãos que formam os contornos do mapa do Brasil. Algumas estão abertas com suas palmas para cima em posição de súplica, enquanto outras formam punhos fechados como se proibindo ou bloqueando as demais. Nesse conjunto, três mãos se destacam. No canto inferior direito, um punho solitário aparece vestindo uma camisa e, na manga, é possível observar três listras: uma azul, uma vermelha e uma branca (uma possível referência às cores da bandeira francesa?). Já na parte mais baixa da imagem, há um par de mãos que se distingue por desenhos tribais tatuados no dorso. Ao contrário dos demais, elas não fazem súplicas nem cerram punhos, mas se agarram à terra, fincando os dedos no país como se quisessem tomá-lo só para si. Em síntese, o pôster mostra o território nacional como uma superfície reservada aos indígenas, enquanto a maioria da população sofre de fome e pobreza.



Figura 1 - Cartaz oficial de *Cortina de Fumaça* (2021).

Este discurso não é novo. Ele reflete velhas teorias de conspiração que podem ser traçadas pelo menos desde os anos 90, quando a emergência do movimento ambientalista no Brasil com a redemocratização inspirou reações de grupos conservadores nas forças armadas e no agronegócio. Livros como *Farsa Ianomami* (Barreto, 1995), *Máfia Verde* (Carrasco, 2001) e *Psicose Ambientalista* (Bragança, 2012) acusam nações estrangeiras, especialmente a União Europeia, de usar as comunidades indígenas e Organizações Não Governamentais (ONGs) no Brasil como um movimento de fachada para impedir que fazendeiros e empresários brasileiros explorem suas terras. Em tais obras, o ambientalismo e os direitos indígenas não são causas legítimas que respondem a questões reais e concretas, mas fabricações ideológicas criadas com a intenção de sabotar o agronegócio nacional e manter o país pobre e subdesenvolvido. De acordo com o historiador e pesquisador do negacionismo João Pedro Garcez (2021, p. 125), os debates em torno da ecologia, como as denúncias sobre o desmatamento e a proteção dos modos de vida indígenas, são interpretados como “meras armas geopolíticas de grupos interessados em retirar a soberania



brasileira sobre suas riquezas naturais e território”. *Máfia Verde* resume de forma sumária: “a suposta crise ambiental [...] simplesmente não existe” (Carrasco, 2001, p. 5). Nessa trama imaginada, a Amazônia seria o alvo principal. O título do filme joga com essa alegação de público simulado: conforme explicado no trailer, a fumaça “não vem das queimadas, mas das notícias” (Brasil Paralelo, 2021).

Há farto volume de dados, de uma pluralidade de fontes e instituições, que mostra a materialidade dos focos de incêndio na Amazônia. Os números oficiais de desmatamento e focos de queimadas são produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desde 1988. A partir de uma série de análises de fotografias feitas por satélite, é possível identificar a alteração da cobertura vegetal de uma determinada área através de variações em cor, tonalidade e textura de imagens da superfície terrestre. A Amazônia também é monitorada por diferentes institutos e grupos internacionais que utilizam outras metodologias e diferentes critérios para mensurar o desflorestamento. Há variações entre cada análise, mas os resultados do Inpe têm demonstrado um evidente crescimento do desmatamento pelo menos desde o ano de 2019¹², logo após a chegada de Jair Bolsonaro à presidência. Seus números foram amparados por outras bases de dados como a Global Forest Watch¹³ e Global Fire Emissions Database¹⁴. Até brasileiros que nunca pisaram na região tiveram oportunidades de ver com os próprios olhos seus efeitos: no primeiro ano do governo Bolsonaro, o desmatamento chegou a produzir tanta fumaça que a névoa percorreu milhares de quilômetros até São Paulo, escurecendo o céu horas antes do pôr do sol (G1 SP, 2019).

Apesar das evidências, Brasil Paralelo apresenta suas produções como fruto de pesquisa e cuidado, alegando ser desprovida de “ideologia” e produzindo conteúdo “puramente informativo” (Picoli, Chitolina, Guimarães, 2020). Em contraste com conspiradores de direita do Norte Global, como Alex Jones do Infowars, a Brasil Paralelo mantém um tom sóbrio e sempre muito contido. Seus filmes evitam parecer excessivamente sensacionalistas, almejando performar uma objetividade jornalística. A maior parte do enredo é transmitida por clipes de entrevistas e o narrador é calmo e assertivo. No caso de *Cortina de Fumaça*, o próprio rol de entrevistados, que contém

¹² Esses dados são atualizados regularmente e podem ser acessados pela plataforma web TerraBrasilis, disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>. Acesso em: 20 de ago. de 2023.

¹³ Disponível para consulta em: <https://gfw.global/3R4cSX5>. Acesso em: 31 de ago. de 2023.

¹⁴ Disponível para consulta em: <https://globalfiredata.org/pages/amazon-dashboard/> Acesso em: 31 de ago. de 2023.



representantes de grupos que supostamente fazem oposição um ao outro, reforça essa pretensa isenção. Do ponto de vista político, por exemplo, Damara Alves, então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro, divide espaço com falas de Aldo Rebelo e Roberto Rodrigues. Rebelo ocupou diversas pastas na gestão de Lula e Dilma, incluindo as áreas de Ciência e Tecnologia e da Defesa, enquanto Rodrigues foi Ministro da Agricultura durante o primeiro governo Lula. Apesar de supostamente estarem em diferentes lados do espectro político, concordam na defesa do agronegócio como motor do desenvolvimento nacional e compartilham despreço pelo movimento socioambiental. Merece destaque a fala de Patrick Moore, uma antiga liderança do Greenpeace, porém que a abandonou em 1986 e desde então utiliza sua filiação como instrumento retórico para se tornar na prática um porta-voz de diversas indústrias poluentes (Greenpeace, 2010).

O desenvolvimentismo e o extrativismo são características comuns tanto dos governos de direita quanto de esquerda na América Latina, incluindo o Brasil¹⁵. A presença de políticos, ruralistas, indígenas e até supostos “ambientalistas” no documentário por si só não configura um dissenso. Ao contrário, essa aparente variedade de vozes só é tolerada na medida em que convém e legítima crenças e valores morais sobre a questão ambiental. Outras vozes ou falas que diverjam ou que se contraponham à tese do documentário são ou excluídas do corte final ou não são sequer consideradas. O resultado é uma fórmula recorrente nos filmes do Brasil Paralelo, já identificada em análises de suas produções de revisionismo histórico: “uma coletânea de depoimentos entrecortados com imagens de arquivo de má qualidade, na qual se predomina a intenção persuasiva própria da propaganda política e comercial” (Escorel, 2023).

A Defesa dos Indígenas pela sua Colonização

Esta subordinação das vozes a uma premissa pré-estabelecida é particularmente gritante no tratamento dado aos indígenas. *Cortina de Fumaça* se coloca como um filme em defesa dos indígenas, porém entendendo que isso significaria retirar os “índios” [sic] da condição primitiva em que se encontrariam, possibilitando o desenvolvimento deles, por meio de sua aproximação a formas de agir e produzir tidas como adequadas. Segundo o filme, “índios [sic]” são “tutelados por antropólogos e

¹⁵ Ver Acosta (2016).



burocratas”, embora sejam “dotados de ambição e desejo de progresso”. O “progresso” corresponde necessariamente à sua assimilação à “modernidade”, sua inserção no capitalismo global e a contribuição na exploração e no desmate da floresta. Este destino histórico não é tratado como uma imposição, mas como um desejo espontaneamente assumido pelos próprios indígenas.

Convém lembrar, aqui, a inseparabilidade entre modernidade e colonialidade. A bandeira civilizatória do progresso modernizante que projeta um único *telos* possível para os seres humanos é a mesma que alicerça modos de hierarquização e desumanização que justificam e legitimam formas diversas de violência (Mbembe, 2018). Se tais formas de violência incluem violações físicas e ameaças, também envolvem o apagamento da alteridade que só pode ser percebida como reflexo narcísico de si mesmo. Como pondera Enrique Dussel (2000), negar a inocência da modernidade requer uma afirmação da alteridade que permite elucidar a violência contida na ideia de que o outro não pode senão seguir uma trilha semelhante à que vislumbro para mim.

Cortina de Fumaça reproduz o discurso colonial que apaga alteridades e reivindica uma ideia de progresso iluminista aos povos indígenas. Cabe lembrar que esse discurso foi muito central ao governo Bolsonaro. A necessidade de “integrar o ‘índio’ [sic]” na “sociedade brasileira” foi repetida constantemente pelo próprio ex-presidente, que afirmou em diversas ocasiões que estudava permitir a exploração de recursos minerais em reservas indígenas, o que é proibido atualmente pela Constituição. No pensamento do governo, as pessoas ficariam isoladas quando deixadas na terra indígena e, por consequência, seriam facilmente usadas como “massa de manobra” por sujeitos indeterminados, mas sempre associados a ONGs ou a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). “Integrar o índio” [sic], nesta lógica, é também uma forma de resgate de um estágio anterior de “evolução”, que essa população nunca pode conquistar por se manter à parte da sociedade moderna.

Na base destas posições, há interesses econômicos. Depois do *Impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, os subsequentes governos Temer e Bolsonaro buscaram “expandir a fronteira” do extrativismo agrícola e mineral (Wanderley; Gonçalves; Milanez, 2023). Iniciou-se um desmonte agressivo da política ambiental, isentando o Estado de suas obrigações constitucionais com o meio ambiente e precarizando a fiscalização de empreendimentos por potenciais impactos ecológicos (Lisboa; Santos; Tirado, 2023). Essas ambições são diretamente confrontadas pela luta indígena.



Os povos indígenas brasileiros estão historicamente entre aqueles que resistem – de forma coletiva, organizada e persistente – às diferentes pressões políticas e econômicas, mantendo uma relação simbiótica e total com a terra (e o meio ambiente) em que vivem. A luta dos povos indígenas por direitos territoriais também é uma luta pela justiça ambiental: a forma como estes e outros povos da floresta vivem são obstáculos à expansão da exploração econômica (Gonçalves; Cafrune, 2023, p. 438).

Para os autores, a “integração do indígena na sociedade” é uma narrativa conveniente para este projeto, uma vez que os direitos indígenas funcionam como entraves para a expansão do agronegócio e da mineração no Brasil. Da mesma maneira, para os autores, indígenas acabam sendo retratados como um grupo homogêneo, ignorando diferenças e singularidades entre estes povos e também entre estes indivíduos. Há, tanto por parte dos entrevistados, quanto da narração, uma insistência no uso da palavra “índio” ao invés de “indígena” ou povos originários. “Indígena” é definido como o que é relativo aos povos que já habitavam um território posteriormente colonizado, enquanto “índio” significa quem é natural ou habitante da Índia. A reiteração deste erro de Colombo, apaga as centenas de línguas e etnias que formam a cultura e a população indígena. Mais que isso, re-insere sujeitos na trama colonial que os anonimiza, retirando-lhes o direito de autodefinição e enquadrando-os pelo olhar do colonizador. Aqueles que foram encontrados no território recém-descoberto não poderiam ser mais do que a projeção dos colonizadores do que deveriam ser.

O documentário explora, ainda, o caso do Povo Pareci (autodenominado Haliti) do Mato-Grosso como um paradigma do “índio empreendedor”. Desde pelo menos os anos 1990, eles cultivam soja em suas terras com parceria de fazendeiros locais. Historicamente, esses indígenas haviam sido subjugados pelos bandeirantes e enfrentaram adversidades com a construção da rodovia BR-364. Isso resultou na perda de porções significativas de suas terras ancestrais, levando-os a serem recrutados como trabalhadores em fazendas (Hatili-Paresi, 2019). Após mobilização, conquistaram o reconhecimento de suas terras por parte do governo federal em 1968. No entanto, suas terras estavam fragmentadas, afastando-os do modo de ocupação tradicional. Consequentemente, suas atividades de subsistência já não eram suficientes para atender a suas necessidades. Nesse contexto, optaram pela produção agrícola mecanizada, como meio de estabelecer independência econômica. Ainda assim, esta



prática não é uma unanimidade na comunidade. Como explicam Lima, Corrêa e Gugelmin (2022):

Independentemente da escolha desse povo em produzir *commodities*, impasses jurídicos e relações de poder assimétricas, é importante discutir as circunstâncias e as determinações que levaram à tal decisão, além dos possíveis conflitos com direitos indígenas já promulgados. Também é importante refletir se a adoção da agricultura, poluente e historicamente excludente, tem assegurado sustentabilidade e subsistência das comunidades, proteção aos territórios e manutenção das condições de vida. Segundo relatos dos Haliti, houve aumento do número de casos de malformação fetal nos últimos anos e preocupações quanto ao modelo agrícola químico-dependente adotado por eles.

O caso dos Pareci foi recorrentemente utilizado na comunicação institucional do governo Bolsonaro. Os então ministros Ricardo Salles do Meio Ambiente e Tereza Cristina da Agricultura fizeram várias visitas a suas terras (Poder360, 2019). A própria FUNAI publicou uma nota em seu site divulgando o lançamento do documentário, dando destaque a como o Brasil Paralelo mostra a geração de renda por parte dos indígenas de “maneira autônoma” e “sem intermediários” (FUNAI, 2021). Porém, esse “índio empreendedor” é contraposto pela representação do “índio” que não é assimilado, retratado como uma figura “primitiva”, “bestial” e até “violenta”. Como argumentam Quijano (2000) e Dussel (2000), a colonialidade está assentada no estabelecimento de uma hierarquia que projeta um modo de vida como universal, enquanto precisa desvalorizar as demais para justificar sua violência.

Ironicamente, o filme acaba admitindo a relação intrínseca entre ambientalismo e decolonialidade, expressa no contexto brasileiro a partir da luta indígena. A negação da defesa e da preservação do meio ambiente está vinculada com a negação da valorização das culturas e do reconhecimento político e social dos povos indígenas. Por consequência, a narrativa de *Cortina de Fumaça* almeja reafirmar o que Malcom Ferdinand (2022) chama de *habitar colonial*. Entendido como um modo de existência particular dos colonizadores, o habitar colonial toma como paradigma a exploração das Américas pelo sistema de *plantations*, marcado pelo uso do trabalho escravo e pela padronização da flora local através de monoculturas com fins de exportação comercial e enriquecimento financeiro de elites ultramarinas ou coloniais. Esse modelo econômico é pautado em um imaginário que projeta o desbravamento da natureza “selvagem” e na conquista masculinista da “mata virgem”, o que corresponde, na prática, ao desmatamento. Para Ferdinand, a destruição do ecossistema nativo a partir



do abatimento de árvores também exige o rompimento de vínculos culturais, epistêmicos e afetivos da população nativa com a paisagem e os atores não humanos que a ocupam. Nesta perspectiva, os massacres contra indígenas que marcaram a história das Américas não ocorreram apenas para subjugar os povos e usurpar suas terras. Para além disso, a violência foi necessária para rejeitar saberes, experiências e modos de se relacionar que se contrapunham a um olhar para a natureza que a reduz a um recurso a ser explorado. Em outras palavras, “o habitar colonial cria uma *Terra sem mundo*” (Ferdinand, 2022, p. 58).

A colonização, portanto, é marcada por um “altericídio”, isto é, a recusa da presença de um “Outro”, de alguém que seja diferente do “Eu” seja por sua aparência, seu pertencimento ou suas crenças. Apesar disso ter provocado diversos casos de extermínio de etnias no decorrer dos séculos, essa egolatria corresponde sobretudo em condicionar que o “Outro” só apareça se for reduzido ao mesmo, ou seja, desprovido de todas as qualidades que o tornem diferente. O “Outro” só pode existir enquanto uma variante do próprio “Eu”. O indígena, portanto, precisa se apresentar como um sujeito que teria os mesmos desejos e valores que os brancos. “A colonização”, escreve Ferdinand (2022, p. 51): “nega a alteridade e constitui *uma ação de mesmificação, de redução ao Mesmo*, fazendo o habitar colonial um habitar-sem-o-outro”.

Considerações Finais

O presente ensaio buscou discutir o filme *Cortina de Fumaça*, produzido pelo Brasil Paralelo, como exemplo de um modo de operação discursivo que tem alimentado negacionismos e teorias da conspiração. Argumentamos que peças comunicacionais como o documentário em questão apresentam narrativas bastante robustas e convincentes tanto pelo seu apelo afetivo, como por sua capacidade de brincar fragmentos discursivos em um todo coerente que dota de plausibilidade um conjunto de elementos descontextualizados, parcialmente inverídicos e não fundamentalmente articulados (Aggio, 2023). É essa capacidade de produção de um todo coerente que ressignifica os fragmentos, tornando-os particularmente instigantes e atraentes.

No caso do filme em questão, entendemos que a cola que conecta fragmentos distintos é uma visão essencialmente colonialista sobre o meio ambiente e sobre os povos indígenas. Embora se apresente como uma defesa “dos índios” [sic] e da soberania territorial e ambiental brasileira, *Cortina de Fumaça* reduz o meio ambiente a um reservatório de recursos em disputa e os povos indígenas a sujeitos que precisam



"desejar", "se desenvolver" e "progredir" como "nós". Ambos os movimentos são pilares do colonialismo que precisou organizar sociedades em torno de profundas clivagens raciais, econômicas e de gênero para permitir a exploração sistemática de recursos (Ballestrin, 2013; Quijano, 2007, Lugones, 2014). O apagamento do "Outro" permite imputar-lhe desejos e horizontes de possibilidades, sendo que apenas quem se integra e é assimilado é passível de ser concebido como autônomo.

O julgamento moral das chamadas "práticas culturais nocivas" permite a desumanização classificatória do "Outro", que, uma vez animalizado é visto como primitivo, passa a ser tratado como presa fácil para os interesses daqueles que competem por recursos escassos. ONGs e outros países usariam, nessa perspectiva, o discurso ambiental para se apropriar dos recursos disponíveis naquele território, porque o território não pode ser visto senão pela ótica da exploração colonial. Antropólogos e burocratas seriam manipuladores dos indígenas, porque não restaria outro lugar aos indígenas para além dessa condução que lhes é externa. Na mentalidade colonialista que atravessa a peça audiovisual em questão, indígenas precisariam ser "civilizados" para agirem autonomamente, o que seria sinônimo de uma busca por inserção no sistema capitalista de produção. Há, assim, um paradoxo de tutela e autonomia a atravessar a leitura colonial da alteridade: é somente quando o "Outro" deseja aquilo que "eu" entendo ser da ordem do desejável que posso reconhecê-lo como autônomo, mas esse Outro só poderá exercer essa "autonomia" se devidamente salvo, resgatado e tutelado.

Mais que a negação de fatos concretos ou a articulação de teorias delirantes, *Cortina de Fumaça* aposta na reafirmação de racionalidades, valores e crenças formadas historicamente e até hoje vigentes. Diante da crise climática global, os limites e as contradições de um modelo de desenvolvimentismo extrativista se tornam mais evidentes. Por consequência, povos indígenas e ambientalistas têm conquistado maior projeção no debate público e maior protagonismo político. Brasil Paralelo contrapõe-se a isso a partir do resgate deliberado de um imaginário colonial que ainda vigora em nossa sociedade.



Referências

- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- AGGIO, C. Teorias conspiratórias, redes digitais e crise epistêmica da democracia. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SARMENTO, R. (org.). **Crises da democracia e esfera pública**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023, p. 293-312.
- AMORIM, L. **Com 500 Mil Assinantes, Brasil Paralelo quer Evitar Polêmicas e Sonha Ser “a Disney Brasileira”**. Exame. 2023. Disponível em: <https://exame.com/negocios/com-500-mil-assinantes-brasil-paralelo-quer-evitar-polemicas-e-sonha-ser-a-disney-brasileira/>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- ANCHIETA, P. J. d. **Cartas, Informações, Fragmentos e Sermões de Padre Joseph de Ancieta (1554 - 1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- ARAL, S.. **The Hype Machine: How Social Media Disrupts Our Elections, Our Economy, and Our Health--and How We Must Adapt**. United States: Crown. 2020.
- BALLESTRIN, L.. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], n. 11, p. 89-117, ago. 2013.
- BARRETO, C. A. L. M.. **A Farsa Ianomâmi**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- BERLINCK, C. N. *et al.*. The Pantanal is on fire and only a sustainable agenda can save the largest wetland in the world. **Brazilian Journal of Biology**, v. 82, p. e244200, 2022.
- BRAGANÇA, D. B. O. e. **Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma "religião" ecológica, igualitária e anticristã**. 2. ed. São Paulo: IPCO, 2012.
- BRASIL PARALELO. s.d. Disponível em: <https://www.youtube.com/@brasilparalelo>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- BRASIL PARALELO. 2022. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- BRYSON, J. **Science Failing to Find Correlations between Social Media Use and Affective Polarisation**. 2022. Disponível em: <https://joanna-bryson.blogspot.com/2022/02/science-failing-to-find-correlations.html>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- CARRASCO, L.. **A máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2001.
- CECI, L. 2023. YouTube Users by Country 2023. **Statista**. [S.L.]: 21 ago. 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/280685/number-of-monthly-unique-youtube-users/> 09 de ago. 2023.
- CINELLI, M. *et al.* The echo chamber effect on social media. **Proceedings Of The National Academy Of Sciences**, [S.L.], v. 118, n. 9, p. 1-1, 23 fev. 2021. Proceedings of the National Academy of Sciences. <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.2023301118>.
- CIRINO, C. A. M. Criminalização de práticas culturais indígenas: o caso Yanomami. In: Krekeler, Birgit et al (Hrsg.) **Para que serve o conhecimento se eu não posso dividi-**



lo?. Berlin: Ibero-Amerikanischen Institut Preußischer Kulturbesitz / Gebr. Mann Verlag, 2013. p. 313-339.

SILVA, J. A.; COLACIOS, R. D.. 1964 - O Brasil entre armas e livros: negacionismos e revisionismo da história. **Revista de Historia Social y de Las Mentalidades**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 122-159, 14 jun. 2023. University of Santiago of Chile.

DARIAN-SMITH, E. **Global burning: rising antidemocracy and the climate crisis**. Palo Alto: Stanford University Press, 2022a.

DARIAN-SMITH, E. Deadly global alliance: antidemocracy and anti-environmentalism. **Third World Quarterly**, [S.L.], v. 44, n. 2, p. 284-299, 2 dez. 2022b.

DUSSEL, E.. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (ed.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000, pp. 24-33.

ESCOREL, E.. Brasil Paralelo Reincide. **Revista Piauí**. São Paulo. 22 mar. 2023. Disp. em: <https://piaui.folha.uol.com.br/brasil-paralelo-reincide/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FISHER, M. **A máquina do caos: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo**. Brazil: Todavia, 2023.

FUNAI. Documentário destaca importância do desenvolvimento sustentável para a autonomia indígena. **Fundação Nacional dos Povos Indígenas**. Brasília. 15 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/documentario-destaca-importancia-do-desenvolvimento-sustentavel-para-a-autonomia-indigena>. Acesso em: 10 set. 2023

G1 SP. Dia vira 'noite' em SP com frente fria e fumaça vinda de queimadas na região da Amazônia. **G1**. São Paulo. 19 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/dia-vira-noite-em-sao-paulo-com-chegada-de-frente-fria-nesta-segunda.ghtml> Acesso em: 10 set. 2023.

GARCEZ, J. P.. **Tempos em conflito: o caso yanomami nas memórias de Claudia Andujar e Carlos A. Menna Barreto**. 2021. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

GREENPEACE. **Greenpeace Statement On Patrick Moore**. 2010. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/usa/news/greenpeace-statement-on-patric/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

GOMES, M.; BÖHM, S. Right-wing Populism vs. Climate Capitalism. IN: Feldmann, Magnus; Morgan, Gleen (ed.) **Business And Populism**, Oxford: Oxford University Press, 2023, p. 245-262.

GONÇALVES, V. K.; CAFRUNE, M. E. Brazilian anti-indigenous politics: tracking changes on indigenous rights regulation during bolsonaros government. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 436-457, mar. 2023.

GOOGLE, s.d. **YouTube Community Guidelines Enforcement – Google Transparency Report**. Disponível em: <https://transparencyreport.google.com/youtube-policy/removals?hl=en>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GOOGLE, s.d. **Government Requests to Remove Content – Google Transparency Report**. Disponível em: <https://transparencyreport.google.com/government-removals/overview?hl=en>. Acesso em: 9 ago. 2023.



HALITI-PARESI. **Plano de gestão Haliti-Paresi**: Território indígena Haliti-Paresi. Opan; 2019. Disp. em: <https://amazonianativa.org.br/plano-de-gestao-haliti-paresi/> Acesso em: 9 ago. 2023.

HOSSEINMARDI, H. et al. Examining the consumption of radical content on YouTube. **Proceedings Of The National Academy Of Sciences**, [S.L.], v. 118, n. 32, p. 1-1, 2 ago. 2021. National Academy of Sciences <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.2101967118>

HUBER, R. A.. The role of populist attitudes in explaining climate change skepticism and support for environmental protection. **Environmental Politics**, [S.L.], v. 29, n. 6, p. 959-982, 9 jan. 2020.

KEMP, S.. 2023. **Digital 2023**: Brazil. Disp. em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acesso em: 09 ago. 2023.

KAISER, J.; RAUCHFLEISCH, Adrian. Birds of a Feather Get Recommended Together: algorithmic homophily in youtube’s channel recommendations in the united states and germany. **Social Media + Society**, [S.L.], v. 6, n. 4, out. 2020. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/2056305120969914>.

LAPPER, R. **Beef, Bible and Bullets**: Brazil in the Age of Bolsonaro. Manchester: Manchester University Press, 2021.

LAZZERI, T.. Filme negacionista sobre meio ambiente no Brasil é um dos dez vídeos mais postados no Telegram. **InfoAmazonia**. [S.I.] . 26 Jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/dia-vira-noite-em-sao-paulo-com-chegada-de-frente-fria-nesta-segunda.ghtml> Acesso em: 25 ago. 2023.

LEDWICH, M.; ZAITSEV, A. Algorithmic extremism: Examining YouTube’s rabbit hole of radicalization. **First Monday**, [S. l.], v. 25, n. 3, 2020. DOI: 10.5210/fm.v25i3.10419. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/10419>. Acesso em: 1 sep. 2023.

LIM, Merlyna. Freedom to hate: social media, algorithmic enclaves, and the rise of tribal nationalism in indonesia. **Critical Asian Studies**, [S.L.], v. 49, n. 3, p. 411-427, 28 jun. 2017.

LIMA, D.. STF Determina Que Presidentes de Google, Meta, Spotify e Brasil Paralelo Prestem Depoimentos à Polícia Federal. **CNN Brasil**. 02 de Maio de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-determina-que-presidentes-de-big-techs-prestem-depoimentos-a-policia-federal/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

LIMA, F. A. N. S.; CORRÊA, M. L. M.; GUGELMIN, Silvia Angela. Territórios indígenas e determinação socioambiental da saúde: discutindo exposições por agrotóxicos. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 28-44, 2022.

LISBOA, Monique Rocha Salerno; SANTOS, Caio Dayrell; TIRADO, Felipe Guimarães Assis. Desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição depois? **JOTA**. São Paulo, p. 1-1. 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/para-alem-do-estado-e-do-direito/desenvolver-primeiro-e-pagar-os-custos-da-poluicao-depois-31082023>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LITTER, M. Exploring radicalisation and extremism om-line: An experimental study [Report]. **Commission for Countering Extremism**. 2019. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/834358/Littler-Exploring-Radicalisation-and-Extremism-Om-line.pdf Acesso em: 23 ago. 2023.



LOCKWOOD, M. Right-wing populism and the climate change agenda: exploring the linkages. **Environmental Politics**, [S.L.], v. 27, n. 4, p. 712-732, 3 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1080/09644016.2018.1458411>.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22 n. 3, p. 935-952, set. 2014.

MARWICK, A. E.; Lewis, R.. Media manipulation and disinformation om-line. **Data & Society**, 2017. Disponível em: <https://datasociety.net/library/media-manipulation-and-disinfo-om-line/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: Edições, 2018.

META. **Ad Library Report**. Disponível em: <https://www.facebook.com/ads/library/report/> Acesso em: 23 ago. 2023.

MONTEIRO, R. Brasil Paralelo Surfa Na Polarização e Tem Crescimento Exponencial. **VEJA**. São Paulo: 8 jul. 2022 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/brasil-paralelo-surfa-na-polarizacao-e-tem-crescimento-exponencial>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MÜLLER, K.; SCHWARZ, C. Fanning the Flames of Hate: social media and hate crime. **Journal Of The European Economic Association**, [S.L.], v. 4, n. 19, p. 2131-2167, 30 out. 2020. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/jeea/jvaa045>.

PAULO, D. M. D. Os mitos da Brasil Paralelo—uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 10 n. 1, 2020.

PICOLI, B. A.; CHITOLINA, V.; GUIMARÃES, R. Revisão histórica e educação para a barbárie: a verdade da "Brasil Paralelo". **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. DOI: 10.5216/revufg.v20.64896.

PODER360. Ministros vestem-se de índios em visita a aldeia de plantadores de soja... **Poder360**. Brasília. 13.fev.2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ministros-vestem-se-de-indios-em-visita-a-aldeia-de-plantadores-de-soja/>, Acesso em: 10 set. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasi? cacion Social. **Journal of World-Systems Research**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 342–386, 2000. DOI: 10.5195/jwsr.2000.228.

QUIJANO, A. COLONIALITY AND MODERNITY/RATIONALITY. **Cultural Studies**, [S.L.], v. 21, n. 2-3, p. 168-178, mar. 2007. <http://dx.doi.org/10.1080/09502380601164353>.

RIBEIRO, M. H. et al. Auditing radicalization pathways on YouTube. **Proceedings Of The 2020 Conference On Fairness, Accountability, And Transparency**, [S.L.], p. 131-141, 27 jan. 2020. ACM.

BRAGANÇA, D. Deputado quer permitir produção e mineração dentro das terras indígenas de MT. **O Eco**. [S.L], p. 1-1. 23 jan. 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/deputado-quer-permitir-producao-e-mineracao-dentro-das-terras-indigenas-de-mt/> . Acesso em: 26 ago. 2023.

SALGADO, J.; FERREIRA JORGE, M. Paralelismos em disputa: O papel da Brasil Paralelo na atual guerra cultural. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 726–738, 2021.

SANTINI, R. M.; BARROS, C. E. Negacionismo climático e desinformação om-line: uma revisão de escopo. Liinc em Revista, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e5948, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.5948.



SANTINI, R. M. *et al.* **Panorama da Infodemia Socioambiental**: análise multiplataforma do ecossistema brasileiro de mídia digital 2021 - 2022. Rio de Janeiro: Netlab Ufrj, 2023.

SANTOS, F. P.; LELKES, Y.; LEVIN, S. A.. Link recommendation algorithms and dynamics of polarization in on-line social networks. **Proceedings Of The National Academy Of Sciences**, [S.L.], v. 118, n. 50, e2102141118, 6 dez. 2021. Proceedings of the National Academy of Sciences.

TUFEKCI, Z. Opinion | YouTube, the Great Radicalizer. **The New York Times**. 28 Mar. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/03/10/opinion/sunday/youtube-politics-radical.html>. Acesso em: 12 Jun. 2023.

WANDERLEY, L. J.; GONÇALVES, R. J. de A. F.; MILANEZ, B. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 555–599, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12457.

YESILADA, M.; LEWANDOWSKY, S. Systematic review: youtube recommendations and problematic content. **Internet Policy Review**, [S.I.], v. 1, n. 11, mar. 2022.

YOUTUBE. s.d. **About YouTube - YouTube**. Disponível em: <https://about.youtube/>. Acesso em: 9 ago. 2023.

ZANINI, F. 2021. Produtora Brasil Paralelo Vive Crescimento Meteórico e Quer Ser “Netflix Da Direita.”. **Folha de São Paulo**. 29 de maio de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/produtora-brasil-paralelo-vive-crescimento-meteorico-e-quer-ser-netflix-da-direita.shtml>. Acesso em: 23 ago. 2023.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.